



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ATA N.º 19/2016

- 251 -

-----Ata da reunião ordinária realizada aos doze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezasseis.-----

-----Aos doze dias do mês de outubro de dois mil e dezasseis, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Município, a Câmara Municipal de Manteigas, sob a Presidência do Senhor Presidente da Câmara, José Manuel Custódia Biscaia, encontrando-se igualmente presentes os Vereadores, Senhores Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho, José Manuel Saraiva Cardoso, António José Ascensão Fraga e Paulo Jorge Ribeiro Estrela.-----

-----Sendo cerca das catorze horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião.-----

-----De conformidade com o art.º 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a ordem do dia estabelecida para a presente reunião inclui os seguintes assuntos:-----

- 1. Aprovação da atas das reuniões anteriores.**
- 2. Período Antes da Ordem do Dia.**
- 3. Ordem do Dia.**
 - 3.1. Pedido de isenção de taxas administrativas por ocupação da via pública, formulada pela AFACIDASE.**
 - 3.2. Conhecimento do projeto de Protocolo de Cooperação entre o Município de Manteigas, a Universidade da Beira Interior e ENERAREA – Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior, referente à criação do “SERRA DA ESTRELA – CENTRO DE ENERGIA VIVA DE MONTANHA”.**
 - 3.3. Pedido apresentado pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Manteigas, para antecipação do pagamento de subsídio concedido.**
 - 3.4. Conhecimento da Alteração Orçamental n.º 13.**

Aprovação da ata da reunião anterior.-----

-----Achadas conformes, as atas das reuniões de 24 de agosto e de 28 de setembro foram aprovadas, por unanimidade, dispensando-se a sua leitura, devido ao facto do respetivo texto ter sido, previamente, distribuído.-----

Período Antes da Ordem do Dia.-----

-----O Senhor Presidente deu conhecimento que foi remetido pelo Instituto de Gestão e Finanças (IGF), um projeto de relatório referente a uma Inspeção realizada ao serviço de Recursos Humanos do Município de Manteigas, no ano de dois mil e treze. Sobre esse projeto de Relatório comunicou ainda, que nada de anormal havia a assinalar, verificava-se apenas a



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

necessidade de ser realizado um acerto de contas, sendo que o Município tinha o prazo de dez dias úteis para responder ao IGF e contestar se fosse caso disso.-----

Indicou que foi recebida uma comunicação do advogado da Câmara, o Senhor Doutor Miguel Fonseca, informando que no próximo dia vinte e três de novembro, no Tribunal da Comarca da Guarda serão abertas as propostas, que forem feitas relativamente à venda da Fábrica das Águas.-----

----- O Senhor Vereador Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho solicitou a palavra, referiu que relativamente ao projeto de Relatório do IGF tinha acabado de receber o mesmo e como tal, ainda não tinha tido oportunidade de o ler e analisar. No que concerne ao processo da Fábrica das Águas, alegou que desejava perceber o motivo deste processo voltar novamente a hasta pública, uma vez que o Supremo Tribunal já se pronunciou negando a razão ao gestor da empresa de águas. Não entende o porquê de mais uma hasta pública, uma vez que o Tribunal deu razão ao licitante, era lógico que fosse validada a venda, pois os artigos foram licitados em leilão.-----

----- O Senhor Presidente esclareceu que após o leilão houve uma contestação por parte do proprietário o que implicou a abertura de um novo procedimento, tendo o Tribunal anulado o segundo leilão. No seguimento da questão suscitada pelo Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho, o Senhor Presidente solicitou à Senhora Doutora Paula Rabaça, jurista que acompanha o processo, que prestasse esclarecimentos sobre a tramitação e explicasse o motivo que levou o Tribunal a ter anulado o segundo leilão.-----

----- A Senhora Doutora Paula Rabaça no uso da palavra explicou que o segundo leilão ficou sem efeito, porque o Tribunal não reconheceu como válida a reclamação apresentada pelo proprietário, que inclusivamente foi para recurso em Instância Superior.-----

----- O Senhor Vereador Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho recordou que a declaração do proprietário tentava invalidar o leilão, contudo não tinha provimento e como tal, o Tribunal negou-a.-----

----- A Senhora Doutora Paula Rabaça explicou que tal aconteceu, porque havia prazos para realizar determinados pagamentos, que entretanto foram vencidos. Alertou para o facto de que são apenas os imóveis que vão ser vendidos, porque a questão das marcas e do recheio continuam em dois apensos, que estão em discussão à parte.-----

----- O Senhor Vereador Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho indicou que se percebe agora, depois desta explicação da Sra. Jurista, que a intenção do recurso à Instancia Superior, por parte do proprietário, foi certamente artimanha do proprietário dos bens em licitação, para permitir que os prazos fossem vencidos.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and the name 'A. Freitas'.

Continuou o Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho referindo que no início desta sessão tinha em cima da mesa uma petição pública, que não tinha tido tempo para a ler calmamente e como tal, não ia querer discuti-la nesta reunião, contudo do que tinha percebido, esta petição leva a uma reflexão por parte da Câmara e certamente à apreciação da mesma. Pelo exposto e uma vez que vinha dirigida a cada um dos membros do órgão executivo, solicitou ao Senhor Presidente que agendasse este assunto para a próxima reunião.-----

Explanou que o Orçamento Participativo é um processo que a Câmara geriu e do qual os restantes membros do órgão executivo não tinham informação absolutamente nenhuma, desconheciam quantas candidaturas foram apresentadas, quais foram as informações, que avaliação foi feita, quais as candidaturas que mereceram aprovação. Alegou que o que conhecia deste processo era apenas o que circulava na Praça Pública, assim sendo reiterou o pedido para que este tema fosse agendado para a próxima sessão, sendo facultadas informações deste processo e se entendessem até ser feita uma proposta e o tema ser posto à discussão.-----

-----O Senhor Presidente concordou com o solicitado pelo Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho. Frisou que este processo tem toda a abertura e lisura, porque existe Regulamento que poderá ter lacunas e sofrer algumas alterações à medida que vai sendo implementado, pois está a ser aplicado este ano pela primeira vez. Informou que há uma Comissão de Análise, que enquadra regulamentarmente todas as propostas apresentadas, e analisa se as mesmas se enquadram dentro do Regulamento. Trata-se de uma tarefa que lhe incumbe e se exerce em diálogo com os proponentes, seguindo as etapas do normativo do Orçamento Participativo.-----

No que concerne a esta carta, que foi dirigida a cada um dos membros do órgão executivo, no dia de hoje, reporta a uma candidatura, para a aquisição de uma ambulância todo-o-terreno. Indicou que a Comissão analisou a proposta, em seguida informou o requerente que a candidatura não estava em conformidade com os pressupostos legais e regulamentares. Posteriormente, o proponente veio reclamar da decisão da Comissão. Em abono da transparência entende que nada impede que o Executivo possa fazer apreciação deste assunto.- Declarou que o último parágrafo do ofício, no seu ponto de vista era no mínimo despropositado, inusitado, porque ele próprio só contactou com o assunto, após a receção de uma comunicação que lhe foi dirigida e remeteu para a Comissão para se pronunciar. Aludiu que no documento que tinha sido remetido, pela requerente, aos membros do órgão executivo, é afirmado que tinha conhecimento que esta candidatura não foi aceite, simplesmente por falta de vontade. Da sua parte e pela competência e isenção que reconhece à Comissão, entende refutar e recusar a insinuação.-----

Indicou que é uma matéria que ainda não aprofundou, certamente que a Comissão já o terá feito, contudo teria uma resposta para dirigir à pessoa que subscreve esse assunto, porque o



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Presidente da Câmara não soube, não tinha que saber, até esta fase, quais as candidaturas aceites, mas uma vez que lhe era dirigida uma carta a dizer que foi excluída uma candidatura por má vontade, teria que analisar-se como é que as coisas se passaram. Sem conhecer os pormenores entende tratar-se uma proposta para a aquisição de uma ambulância todo-o-terreno para os Bombeiros. Para ele a Lei é clara e refere que a ação da Câmara nas áreas da saúde e bem-estar é de apoiar atividades das Instituições mediante regulamento específico. Neste caso está a atribuição de subsídios aos Bombeiros o que sempre aconteceu, acontece e certamente acontecerá.-----

A confirmar o que referiu informou que houve uma negociação com os Bombeiros, no sentido de a Câmara Municipal comparticipar, no ano de dois mil e dezassete, uma ambulância que estão em vias de adquirir e um autotanque. Indicou que no seu ponto de vista, a Comissão tem a sua própria autonomia relativamente à apreciação das candidaturas que devem ou não passar à segunda fase. Certamente avaliou todos os dados que o Regulamento e a legislação preconizam, sendo que as obrigações da Autarquia para com entidades como os Bombeiros ou IPSS, estão muito bem definidas na Lei, que refere que a Câmara Municipal apoia as atividades desenvolvidas por este tipo de Associações, sustentadas por Regulamento próprio de financiamento.-----

Informou que aguardava que a Comissão prestasse uma informação sobre este assunto, sendo que concordava que o tema fosse tratado na próxima reunião de Câmara, para que o órgão executivo possa tomar conhecimento.-----

----- O Senhor Vereador Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho no uso da palavra aludiu que se tinha entendido bem, o Senhor Presidente referiu na sua explanação, que terá havido uma candidatura por parte dos Bombeiros, contudo este ofício não indicava que a candidatura tivesse partido dessa Associação, o que foi dito pela Senhora Patrícia Madeira, autora da candidatura e da petição, foi o que em seguida se transcreve: *“Respondi ao apelo, cumpro o meu dever de cidadania, e apresentei uma proposta que, como o Senhor Presidente sabe melhor do que ninguém, só foi excluída por falta de vontade e não por cumprir os requisitos legais.”* -----

Explicou que conteúdo dessa afirmação o preocupava, porque refere que foi por falta de vontade que a proposta não foi aprovada. Referiu que tal tem de ser esclarecido, sendo que no seu entendimento a Comissão não pode ser soberana e decidir a seu belo prazer, cabe sempre ao Presidente da Câmara, ou ao órgão executivo, ratificar ou não as decisões da Comissão. Explicou que a Comissão analisa, classifica e informa, de resto não pode ser soberana.-----

Explicou que quando viu este documento na mesa julgou tratar-se de uma informação, que o Senhor Presidente estava a dar conhecimento aos restantes membros do órgão executivo, só posteriormente reparou que esta petição também lhe era dirigida. Nesse seguimento e com o



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

texto que nela vem explanado, redigido por uma Muniçipe do Concelho de Manteigas, afirmou que tem de ser dada uma resposta a esta reclamação e um esclarecimento, acima de tudo sobre a exclusão da proposta, que segundo o que é invocado cumpria todos os requisitos legais. Recordou que é feita uma acusação, que só por má vontade é que a proposta foi excluída, o que considerou ser grave.-----

Explicou que o importante era analisar-se esta situação, haver uma resposta e uma decisão cabal, não se tratava de substituir as candidaturas já aprovadas, por outra que tenha aparecido, é apenas verificar se a proposta em questão tem enquadramento ou não no Orçamento Participativo e dar uma resposta à requerente. Reiterou que o conteúdo do parágrafo citado preocupava-o, inclusivamente porque os Munícipes quando assinaram esta petição, provavelmente, não tinham conhecimento do conteúdo específico do ofício que veio com esse documento, dirigido aos membros do órgão executivo.-----

-----O Senhor Presidente que só por lapso teria dito que a candidatura era dos Bombeiros e anuiu que teria de ser dada uma resposta a esta carta. Recordou que na última reunião, o Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho tinha solicitado informação relativamente à casa sita na Estrada das Lameiras, nesse contexto informou que já foi feita uma apreciação relativamente ao estado da habitação, vai ser elaborado um relatório sobre esta matéria, tendo sido tiradas fotografias do imóvel.-----

-----O Senhor Vereador Paulo Jorge Ribeiro Estrela esclareceu que foi feita uma primeira vistoria ao imóvel em janeiro e outra em setembro, sendo que aparentemente não há deslizamento de terras, nem nenhuma derrocada. Informou que apenas se verifica um estado de ruína da própria casa. Indicou que solicitou a elaboração um relatório para depois ser apresentado.-----

-----O Senhor Vereador Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho explanou que uma vez que a intervenção do Senhor Vereador Paulo Estrela ia ficar registada em Ata, apenas iria dizer ao Muniçipe para ler as Atas da Câmara.-----

O Senhor Vereador António José Ascensão Fraga começou por dizer que queria deixar à reflexão do órgão executivo dois temas, o primeiro tem a ver com o imóvel e terreno envolvente à casa do Doutor João Isabel, que pelo que teve conhecimento estava à venda pelo valor de cento e cinquenta mil euros (150.000,00€). Deixou a reflexão do órgão executivo se pelo preço apresentado, não valeria a pena a Câmara adquirir o imóvel, mesmo tendo de fazer algum esforço financeiro, uma vez que era uma propriedade localizada no centro da vila, com boas condições. Explanou que embora não houvesse ainda uma ideia definida do destino a dar a esse imóvel, contudo após ser adquirido poderia equacionar-se calmamente e eventualmente ponderar desenvolver aí atividade museológica, entre outros fins.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

O segundo assunto que pretendia colocar à reflexão, prende-se com a questão de Associações que ainda têm a sua sede em instalações cedidas pela Câmara Municipal, sendo que não há, no seu ponto de vista, trabalho desenvolvido por estas em prol do concelho, para além de que acarretam custos que a Câmara tem vindo a suportar.-----

Declarou que referia-se, especificamente, ao caso dos dois Grupos de Motares que existiam em Manteigas. Embora tivesse conhecimento do motivo pelo qual foram criados dois Grupos de Motares na Vila, na sua opinião era incompreensível que tal se verificasse, até porque era visível que tanto um grupo como o outro não desenvolviam grande atividade e muitas vezes ainda colocam a Comunidade Manteiguense e o órgão executivo, que a representa, em situações que eventualmente até poderiam não ser propriamente dignificantes para o concelho, nomeadamente a realização de determinadas cerimónias de homenagens, que já foram feitas por um desses Grupos.-----

Apelou para que fosse feita uma reflexão sobre esta matéria, considerou que a Câmara tem de intervir, independentemente de se gostar ou não, contudo não podia pactuar por mais tempo com este tipo de situações.-----

----- O Senhor Vice-Presidente no uso da palavra elucidou que sobre esse assunto já tinha feito um despacho, para que na sede do Grupo Motar Montes Hermínios fosse instalado um contador de eletricidade autónomo, tendo sido dado um prazo para o efeito, caso o Grupo não cumprisse com o despacho, procedia-se ao respetivo despejo. Questionou o Senhor Vereador Paulo Estrela se houve desenvolvimentos sobre esta matéria.-----

----- O Senhor Vereador Paulo Jorge Ribeiro Estrela informou que não houve mais desenvolvimento, porque o representante desse Grupo Motar não respondeu à comunicação feita pela Câmara Municipal.-----

----- O Senhor Vereador António José Ascensão Fraga continuou a sua explanação dizendo que certamente todos se recordavam, que o representante desse Grupo Motar vinha às sessões da Assembleia Municipal, dava o ar de uma Associação que possuía um desenvolvimento e trabalho muito profícuo, quando era de conhecimento que tal não se verificava. Disse que no anterior mandato, quando tinha por delegação o pelouro da cultura foi-lhe apresentado, por esse Grupo, um pedido de subsídio baseado em trabalho, que no seu ponto de vista apenas se tratavam de atividades de representação da respetiva Associação e não trabalho desenvolvido.-- Aludiu que embora não fosse atribuído a este Grupo qualquer subsídio, pelo menos assim aconteceu durante os dois últimos anos do anterior executivo presidido pelo Dr. José Biscaia e durante o anterior presidido pelo Sr. Esmeraldo Carvalhinho, julgava que também com o atual executivo nenhum subsídio tinha sido atribuído a esse Grupo, contudo a verdade é que indiretamente todos os órgãos executivos suportavam as despesas de faturas de eletricidade e



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 257 -

água provenientes deste Grupo Motar. Considerou ser importante fazer-se uma reflexão sobre esta situação e ter a coragem de dizer que a Câmara não vai suportar mais os custos dessa entidade.-----

-----O Senhor Vice-Presidente informou que o representante desse Grupo manifestou que queria mais espaço, pretendia que a Câmara efetuasse obras de beneficiação na sede, ao que o Município respondeu que as obras de manutenção eram a cargo desse Grupo, porque não pagava renda e teria que começar a assumir as despesas com a água e eletricidade, tendo sido dado um prazo para regularizar dessa situação.-----

Aludiu que o próximo passo que tem de ser dado pelo Município é a ordem de despejo. No que concerne aos convites referenciados pelo Senhor Vereador António Fraga, efetivamente o representante do Grupo Motar Montes Hermínios, convidava personalidades para serem homenageadas em Manteigas, em cerimónias que não dignificavam o concelho.-----

-----O Senhor Vereador Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho disse que no seguimento da intervenção do Senhor Vereador António Fraga e com a finalidade de dignificar a página da Câmara, solicitou que o Senhor Presidente mandasse retirar da mesma, a referência a este Grupo de Motar, para que a Câmara não tivesse mais constrangimentos.-----

Ordem do Dia.-----

Pedido de isenção de taxas administrativas por ocupação da via pública, formulado pela AFACIDASE.-----

-----Foi presente, para aprovação, o pedido de isenção de taxas administrativas referentes à ocupação da via pública, formulado pela AFACIDASE.-----

-----Submetida a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, isentar a AFACIDASE, de taxas administrativas referentes à ocupação da via pública.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

Conhecimento do projeto de Protocolo de Cooperação entre o Município de Manteigas, a Universidade da Beira Interior e ENERAREA – Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior, referente à criação do “SERRA DA ESTRELA – CENTRO DE ENERGIA VIVA DE MONTANHA”.-----

-----O Senhor Presidente explanou que o Município tem vindo a trabalhar num protocolo de cooperação entre a Câmara Municipal de Manteigas, a Universidade da Beira Interior e a Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior (ENERAREA), no sentido de se dar um aproveitamento e qualificação do espaço da Fábrica do Rio, em ordem a que sejam ali contempladas duas grandes vertentes. A vertente das energias, que o Município tem vindo a ampliar, designadamente com demonstração da Hidroelétrica que já aí existe, contemplará



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

também outras formas de produção de energias, tais como a Caldeira de Pellets para aquecimento, a demonstração de energia eólica e uma solar térmica, que ainda será instalada.--- Prosseguiu dizendo que atendendo a esta base de processo, o Município tem vindo a dialogar com a Universidade da Beira Interior, que inclusivamente já realizou visitas a esse espaço. Deu conhecimento que existe o entendimento de que aquele espaço quer pela sua localização, quer pelas condições naturais da envolvente, quer pelos equipamentos, há possibilidade de fazer um aproveitamento em diversas áreas, relativamente aos equipamentos de demonstração e também para formação e preparação, designadamente de mestrandos e doutorandos da Universidade da Beira Interior. -----

Assim como, ponto de visita de estudo para as escolas e a criação de um laboratório de energia e ambiente, um *Living LAB*, para estudo de novas energias e sua produção, bem como a redução do CO2, passando também pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's), e por todo um conjunto de ações, em que a própria Universidade possa investigar e formar relativamente a futuros mestrandos nas áreas da motricidade, desportos em altitude e das energias e empreendedorismo.-----

Referiu que esta Universidade, após realizar algumas visitas ao local, entendeu que seria de toda a conveniência celebração de um protocolo, seguindo de perto a estratégia da CCDR, concretamente no RIS3, do Programa 2020. Neste seguimento, disse que foi elaborado este projeto de protocolo, que está em fase final de redação, e que do seu ponto de vista para além de dar visibilidade ao concelho de Manteigas, também dá visibilidade ao espaço em questão, que se veio implementando e que gradualmente se vai expandindo.-----

Mencionou que tal como o Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho já tinha referido anteriormente, estas relações com a UBI, para este ou outro processo são sempre boas para um concelho como o nosso, com condições específicas, nomeadamente ao nível da sua sediação no coração da Serra da Estrela. Neste âmbito explanou que a Câmara tem dialogado com a Universidade da Beira Interior, aproveitando o seu saber e investigação para desenvolvimento de Manteigas e da região. Face ao exposto a UBI e concretamente a sua Reitoria tem vindo a dialogar com o Município, o aproveitamento da Fábrica do Rio, como um polo de ciência viva.----

Explanou que foi neste sentido que foi desenhado este protocolo, ainda em fase pré-final de redação, admitindo-se que ainda possa ser melhorado por qualquer uma das partes. Considerou que o Município de Manteigas terá muito a lucrar enquanto concelho, assim como a própria Universidade da Beira interior também lucra com este protocolo, uma vez que passa a ter em Manteigas mais um polo possível de atratividade e de divulgação das suas atividades, das suas ações, do seu corpo docente e de investigação. Por sua vez, permite ao Município de Manteigas dar aquele espaço uma nova feição e uma nova função, que será de formação direta junto de



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 259 -

indivíduos que estejam ligados diretamente à UBI, assim como outras escolas que possam vir visitar-nos, mas nesta particularidade do ambiente, da natureza, das energias renováveis, visita da montanha, atratividade.-----

Declarou que este projeto de protocolo, passado que seja a definitivo ia ser assinado no dia dezassete de outubro do ano em curso. Parece-lhe ser importante que a Câmara Municipal se empenhasse como se empenhou e, que a Universidade da Beira Interior materialize o seu envolvimento, em processos de formação, qualificação e divulgação quer do espaço, quer do concelho de Manteigas. Tal como é dito logo no preâmbulo, o Município de Manteigas tem vindo a ser uma entidade promotora de desenvolvimento integrado, portanto um desenvolvimento com qualidade e respeito ambiental, o que justifica a parceria. Do lado da Universidade da Beira Interior releva-se a sua qualidade e importância Regional e Nacional como se comprova a sua posição no ranking mundial.-----

Alegou que por tudo o que foi explanado e pelas relações que há em curso entre o Município e a UBI, pela mais-valia na promoção do Município que a Universidade naturalmente carrega, pela inovação que se aponta a Manteigas e à UBI, por tudo o que referiu considerou que é um bom propósito fazer este protocolo e ter esta boa relação com a UBI. Frisou que o Município tem tudo a ganhar, desde dar a dignidade ao espaço que a Fábrica do Rio merece, quer pela sua localização, quer pela forma como tem vindo a evoluir e pelo que motivou a sua construção e a sua recuperação.-----

O Senhor Presidente questionou os restantes membros do órgão executivo se pretendiam intervir sobre esta matéria, frisou que o ponto de vista dos Senhores Vereadores seria útil, para que depois o Protocolo fosse assinado, na segunda-feira seguinte à data desta sessão e posteriormente pudesse vir a ser homologado em reunião subsequente.-----

-----O Senhor Vereador Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho solicitou a palavra referiu que inicialmente tinha apenas a intenção de tomar conhecimento do Protocolo, isto se o Senhor Presidente não tivesse referido que o documento em causa trata-se de um projeto de protocolo de cooperação, logo se é um projeto é porque não está ainda encerrado. Alertou que o documento que veio a Reunião de Câmara está designado de "*Protocolo de Cooperação*", assim como a Ordem de Trabalhos, no seu ponto 3.2 refere: "*Conhecimento do Protocolo de Cooperação*" entre o Município de Manteigas e as outras entidades. Indicou que uma vez que o Senhor Presidente referiu que se tratava de um projeto de protocolo, solicitou que esse documento fosse intitulado de Projeto de Protocolo, assim como também fosse alterado a designação do ponto 3.2 da Ordem de Trabalhos para "*Conhecimento de projeto de Protocolo de Cooperação*" (...).-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Explanou que no seu ponto de vista é benéfico o envolvimento das entidades que estão identificadas neste projeto de Protocolo, inclusivamente já não era a primeira vez que isso era mencionado. Indicou que a ENERAREA é uma entidade privilegiada neste tipo de situações na Beira Interior, já há muito tempo que estava a acompanhar este processo e já trabalhou neste projeto há uns anos a esta parte, sendo a entidade que melhor conhece o projeto e que sobre ele já perspetivou algumas evoluções de futuro, portanto já havia algum trabalho feito nesta matéria.-----

Aludiu que por sua vez, a UBI com o seu conhecimento científico, pela formação que ministra, pelos efeitos que produz na Região, através do funcionamento da própria Universidade e que forçosamente tem que ser extensível ao concelho de Manteigas, é também um parceiro importante, sendo que pouco se tem feito sentir a não ser em um ou outro projeto, nomeadamente o do Centro Interpretativo do Vale Glaciar do Zêzere, no qual que de certo modo também participou com alguns textos de identificação, em termos geológicos e científicos dos conteúdos do mesmo. Considerou que ainda assim, a UBI deveria ter uma envolvimento maior, não só dos seus técnicos como já acontece a nível particular, mas que a própria Universidade também tenha esta abrangência e se coloque no terreno, no concelho de Manteigas, da mesma forma como se coloca na Covilhã e no Fundão, na participação em outro tipo de projetos, mas também de índole Municipal. Disse que achava muito bem a intervenção e o envolvimento destas três entidades.-----

No que diz respeito ao nível das vertentes que este projeto de protocolo pretende trabalhar, indicou que na sua opinião, era deficitário, pelo menos numa delas. Aludiu que o mesmo preconiza intervenção ao nível das energias, ao nível científico, mas ao nível da visita turística é pouco visível. Afirmou que o protocolo tem muito texto, mas no seu ponto de vista é pouco ou nada objetivo. Tem uma série de lugares comuns, que já estão debatidos à exaustão em relação à Serra da Estrela, faz uma série de referências a programas de financiamentos e outros até a nível do ensino, mas na sua perspetiva sem objetividade suficiente em relação aos objetivos que se pretendem atingir.-----

A título de exemplo do que são os lugares comuns, fez referência à segunda página onde se lê: *“Constatando ainda que: A região interior centro é quase exclusivamente constituída por Concelhos de Coesão com uma população particularmente envelhecida”* (...) dito isto frisou que tal é referido em quase todos os preâmbulos de candidaturas e de protocolos. Aludiu que mais à frente este documento refere como lugar-comum que já conhecemos: *“1) Existência de uma montanha, Serra da Estrela, que sobressai como imagem de marca reconhecida a nível nacional e internacional, com um enormíssimo potencial de atração;”*; *“2) A existência de um nicho de mercado internacional centrado na montanha e no turismo ambiental”*, indicou que em relação a



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 261 -

isto estava muito bem enquadrado, embora se tratassem de uma série de lugares comuns já “estafados” contudo no que dizia respeito aos Objetivos Temáticos (OT) que se pretendem atingir, reiterou que eram pouco esclarecedores e fez menção à página 4 e 5 do projeto de Protocolo, onde por exemplo, se lê: “OT1: *Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação, de âmbito energético num contexto de sustentabilidade em ambiente e montanha.*”. Explanou que tal é muito abrangente e muito pouco específico. Fez alusão ao “OT 2: *Melhorar o acesso às TIC, bem como a sua utilização.*”, tendo questionado como se pretendia fazer isto. Continuou a citar o OT2 que refere: “*este projeto funcionará como uma mostra do potencial associado às TIC/TICE, bem como da multiplicidade das suas aplicações e em especial das vantagens associadas às mesmas.*” Reiterou a pergunta de como isso seria realizado, assim como o que vinha explanado no Objetivo Temático 6.-----

Dando continuidade à sua explanação citou o “OT 8: *Promover o emprego e potenciar as condições necessárias para atrair empresas de carater energético (...) Não sendo, à partida um Centro que tenha como primeiro objetivo promover a empregabilidade*”, neste sentido perguntou como é que isso se vai fazer, assim como, de que maneira se vai atingir o que está explanado no Objetivo Temático 9.-----

Aludiu que tratava-se de uma séries de objetivos que se pretendem atingir, mas o documento não refere especificamente a forma como se vão atingir. Leu ainda o que vem redigido na página seis deste documento e que em seguida se reproduz: “*É acordado e reciprocamente aceite o presente protocolo que estabelece as condições gerais de cooperação entre os três signatários acima identificados, sendo as condições particulares definidas em adenda ao presente protocolo.*” Afirmou que um protocolo, que logo à partida não define quais são as responsabilidades de cada um dos signatários e a forma de cooperação, é um protocolo “coxo”, no entanto é bastante objetivo quando diz que o Centro terá uma Comissão científica, um diretor, define quem é que nomeia o diretor. Contudo, no que concerne à responsabilidade, às condições particulares de cada um dos signatários, não há nenhuma referência, sendo que na sua opinião era importante que aqui estivessem explanadas.-----

Afirmou que deixava esta observação, caso entendessem refletir sobre a mesma, uma vez que se trata ainda de um projeto protocolo, podia ter-se em linha de conta estas situações explanadas.-----

-----O Senhor Presidente referiu que não ia contrapor a intervenção do Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho, ia apenas dizer que se partiu para este processo, alavancados nas estratégias do Programa 2020 e do próprio Programa Operacional Regional da CCDRC, em que existe expresso um conjunto de Eixos que se irão refletir neste protocolo, designadamente a investigação e desenvolvimento, o potencial humano, a empregabilidade, a inovação.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Deu como exemplo o Objetivo Temático 2, que permite apontar para a criação de um *Living Lab*, ou seja um laboratório ao vivo, a sediar nas instalações da Fábrica do Rio. Indicou que o Município está a implementar um processo, onde eventualmente pode ainda haver alguns pormenores que não estejam preconizados. Outro exemplo reporta ao melhor acesso às TIC's, bem como a sua utilização, em consonância com o Eixo 6, que se reporta à sustentabilidade dos territórios e dos recursos do *Programa Sustentar*.-----

Alegou que o protocolo assenta parte do seu enquadramento nos eixos 2020 e por isso, informou, no dia seguinte à data desta sessão, teria uma reunião com a Senhora Presidente da CCDR, mais o Reitor da Universidade da Beira Interior para lhe ser dado nota do protocolo e mostrar que o mesmo enquadra as estratégias regionais. Explanou que ainda se desconhece como é que se vão carrear meios e a implementação em concreto, mas o âmbito do protocolo é bem claro, quando preconiza a execução de ações de ensino e formação, parcerias, prestação de serviços especializados e de consultadoria, designadamente do *Living Lab*.-----

Aludiu que acreditava que o Protocolo fosse suficientemente vago por duas razões, porque não existem ainda dados disponíveis, relativamente à atratividade que se irá conseguir para o processo, depois porque são necessários apoios. Contudo há coisas que à partida têm que estar já perfeitamente identificadas, como a Comissão Científica. Explanou que tem sido dada a acuidade e empenho necessários para um projeto que é pioneiro, é o primeiro projeto deste género que a Universidade da Beira Interior se comprometerá a fazer. Para o Município é uma novidade, na medida em que nunca estabelecemos qualquer tipo de Protocolo com a Universidade da Beira Interior.-----

Afirmou que o Protocolo é suficientemente amplo no enquadramento e anuiu que efetivamente é ainda vago relativamente a situações específicas, designadamente o financiamento, formas de contratualização de projetos e seus financiamentos, disse que por isso mesmo no que concerne às matérias mais específicas haverá os aditamentos necessários para dar maior pragmatismo ao protocolo, que é um documento dinâmico e irá evoluindo em termos específicos. Informou que estavam à espera da última intervenção por parte da UBI relativamente à redação final, sendo que não era fácil encontrar logo à partida uma fôrma e uma fórmula que sirva às três partes ao mesmo tempo.-----

Invocou que ao haver um compromisso da Universidade da Beira Interior, para que o processo possa avançar é importante como primeira porta de entrada. O facto de estrategicamente se enquadrar todo este processo no Quadro Comunitário 2020 é relevante. Considerava que embora não esteja tão detalhado quanto gostariam, mas também não estava tão vago como o Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho tinha referido na sua intervenção.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 263 -

-----O Senhor Vereador Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho interveio para dizer que percebia que este protocolo fosse absolutamente necessário para fazer candidaturas, assim, para entrar o processo de candidatura da CCDR e era bom que assim fosse, contudo na sua opinião a UBI podia ter feito um trabalho científico melhor, porque tem capacidade suficiente para isso, assim como designar neste documento como é que pode atingir estes objetivos, com o recurso da Universidade, com recursos da própria Câmara e da ENERAREA, envolvendo naturalmente os três parceiros.-----

Fez alusão que o Senhor Presidente tinha dito e bem, que neste Protocolo cabe tudo, mas a verdade é que não tem nada, está nada definido. Afirmou que não dizia que o Protocolo não devesse ser assinado, apenas considerava, tal como como o Senhor Presidente também tinha admitido, que era vago. Explanou que no seu ponto de vista este documento devia ser mais trabalhado, mais específico, através da intervenção muito mais debruçada por parte da UBI, porque reiterou que esta entidade tinha capacidade para fazer mais, assim como a ENERAREA, já a Câmara no que diz respeito à área das energias, certamente não estará tão à vontade para definir aqui a particularidade do projeto, como estas duas entidades.-----

Especificou que responsabilidade não é só depois, naquilo que venha a acontecer a nível do espaço, é também na elaboração do Protocolo e dos compromissos, que aqui podem ser assumidos. Solicitou que antes de o Protocolo ser assinado, no dia dezassete do outubro, lhe fosse remetido uma cópia do documento final, seja este ou qualquer outro, que eventualmente venha ainda a contemplar algumas das questões que aqui foram referidas ou melhorando as mesmas. Indicou que tinha de apreciar o documento antes da sua assinatura e não no próprio dia.-----

-----O Senhor Presidente disse que estava ainda à espera da resposta da UBI, contudo se houvesse alguma alteração a este documento seria enviada para os Senhores Vereadores. Informou que a assinatura do Protocolo ia ser antecedida de uma apresentação em *PowerPoint*, mais pragmática, já com algumas intervenções concretas, com o departamento ligado motricidade, portanto seria uma apresentação sobre o trabalho já desenvolvido pela Universidade, pela respetiva autora.-----

Explanou que essa apresentação tinha por finalidade mostrar algum conteúdo, já mais elaborado numa área específica. Aludiu que desta forma, foi dado conhecimento ao órgão executivo do projeto de protocolo que se transformará em Protocolo com possíveis alterações.-----

-----O Senhor Vereador Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho reiterou o pedido para ser alterada na Ordem de Trabalhos a designação do ponto 3.2. para: "*Conhecimento de Projeto de Protocolo*" (...), uma vez que o Senhor Presidente tinha referido tratar-se ainda de um projeto de Protocolo.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Presidente concordou que fosse feita a alteração da designação do ponto 3.2 da Ordem de Trabalhos, conforme solicitado pelo Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho.-----

----- O Senhor Vice-Presidente tomou a palavra, disse que tinha algumas considerações a fazer sobre esta matéria. Explanou que embora o protocolo não esteja densificado em relação aos objetivos e aos conteúdos, contudo nesta fase não podia ser mais do que quase uma carta de princípios ou de boas intenções, de abrir todo o leque de possibilidades e de oportunidades de acesso aos financiamentos Comunitários. Indicou que por outro lado, também se verifica uma preocupação da parte da Universidade, cujos representantes são sempre excessivamente ciosos do conhecimento que eles próprios têm, no sentido de verter no Protocolo conteúdos que já terão assimilado e que remetem para aquilo que o Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho destacou, para as condições particulares em futura adenda ao Protocolo. Concordou que este documento ainda é muito insipiente, mas também não via como podia ser de outra forma.-----

----- O Senhor Vereador Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho pediu a palavra apenas para agradecer ao Senhor Vice-Presidente, que na sua explanação tinha dado razão à sua intervenção, disse que inclusivamente fundamentou-a melhor. Reiterou o Sr. Vice-Presidente que nesta fase pouco haveria a acrescentar.-----

Pedido apresentado pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Manteigas, para antecipação do pagamento de subsídio concedido.-----

----- O Senhor Presidente explicou brevemente que à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Manteigas solicitou a antecipação de pagamento de subsídio concedido. Referiu que como era de conhecimento, o Município encontra-se a fazer a liquidação dos *leasings* de empréstimos bancários desta Associação e neste seguimento, foi pedido que fosse antecipado o pagamento de três mensalidades, referente ao mês de outubro, novembro e dezembro, que estão a cargo do Município. Indicou que proposta da Câmara ia no sentido de que fosse feita a concessão da antecipação do subsídio, no valor de três mil e trezentos euros (3.300,00€).-----

----- O Senhor Vereador Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho disse que concordava, uma vez que o ofício dos Bombeiros invocava que esta antecipação do subsídio, era para resolver uma situação que se arrasta desde dois mil e oito, com dívidas à Portugal Telecom e cujo montante é muito superior a este valor de três mil e trezentos euros (3.300,00€), respeitantes às três tranches. No seu ponto de vista, considerava bem que fosse antecipado o pagamento desse subsídio, dado a finalidade pelo qual o mesmo foi solicitado, inclusivamente podia livrar a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Manteigas de um processo judicial, muito mais prolongado ou de maior responsabilidade, dado que esta questão já se arrasta há alguns anos.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----O Senhor Presidente recordou que o Município tem vindo a pagar as prestações relativas às ambulâncias, como era de conhecimento, sendo que pagar de uma vez ou parceladamente não levantava problemas. Informou a título de curiosidade, que os Bombeiros fizeram uma candidatura para o chamado Carro de Fogo ou Autotanque, que envolvia um montante de cerca de cento e oitenta mil euros (180.000,00€) e pediram apoio à Câmara.-----

Deu conhecimento que numa reunião com os Bombeiros, onde esteve presente o Senhor Vice-Presidente, para preparação e programação do próximo Plano de Atividades e Orçamento da Câmara, foi proposto por essa Associação que o Município previsse também, para o ano de dois mil e dezassete e seguintes um subsídio extraordinário para adquirir uma ambulância todo-o-terreno, que estava a ser negociada.-----

-----O Senhor Vice-Presidente usou da palavra para esclarecer que já não se tratava de uma ambulância todo-o-terreno, mas de outro tipo de veículo de socorro.-----

-----O Senhor Vereador Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho disse que julgava tratar-se de uma ambulância de montanha. No seguimento desta temática, recordou que estava ainda à espera de uma informação que tinha solicitado ao Senhor Vice-Presidente, sendo que esse pedido constava inclusivamente na Ata n.º 16, de vinte e quatro de agosto do ano em curso, que tinha sido aprovada nesta sessão. Explanou que tinha realizado essa solicitação, porque havia informações que o Senhor Vice-Presidente dispunha sobre essa matéria, que os restantes Senhores Vereadores não tinham conhecimento, nomeadamente de um documento que tinha lido em sessão de Câmara.-----

No que concerne à negociação com os Bombeiros, informou que apenas tinha conhecimento daquilo que lhe era dito nas reuniões de Câmara. Afirmou que não viu qualquer documento relativo ao que foi acordado com essa Associação ou um documento que tenha sido discutido e aprovado entre as duas partes, ou ainda uma Ata de uma reunião. Recordou que o Senhor Vice-Presidente, na altura, tinha informado que os Bombeiros concordaram com o proposto, contudo não tinha ainda tido acesso a um documento onde essa concordância estivesse explanada, tendo sido isso que anteriormente já tinha solicitado.-----

-----O Senhor Presidente esclareceu que foi feito um memorando dessa reunião com os Bombeiros, tendo sido o mesmo assinado por todos os que estiveram presentes. Neste seguimento, o Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho solicitou que lhe fosse dada uma cópia desse memorando.-----

-----O Senhor Vice-Presidente elucidou que não foi feita uma Ata da reunião com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Manteigas, porque primeiro havia uma informação incorreta da parte dos Bombeiros, que estavam a considerar o IVA a 23%, quando o IVA é a 6%,



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

logo aí houve uma diminuição bastante significativa e porque também houve contas que tinha realizado, cujos cálculos estavam incorretos e que foram retificados.-----

No que diz respeito à viatura de combate aos incêndios, informou que a Câmara compromete-se a suportar trinta e cinco mil e setecentos euros (35.700,00€), repartidos em cinco anos, porque entretanto os Bombeiros vão recorrer a uma operação de financiamento bancário com encargos financeiros de cinco mil e quatrocentos e dezoito euros (5.418,00€), portanto o valor total do financiamento é de quarenta e um mil cento e dezoito euros e oitenta e um cêntimos (41.118,81€). Neste sentido, disse que a proposta que será oportunamente formulada, para o próximo ano, é que esta verba seja paga em mensalidades durante cinco anos.-----

Relativamente à ambulância aludiu que a proposta a formular é de atribuir um subsídio, logo no início do ano, de dez mil euros (10.000,00€). Explicou que inicialmente a ambulância era no valor de quinze mil euros (15.000,00€), mas na segunda fase do processo passou para vinte mil euros (20.000,00€), sendo que o compromisso assumido pela Câmara era de suportar 50%, portanto este valor é para liquidar no ano de dois mil e dezassete. Explanou que esta dilação no tempo tem a ver com a cadência de pedidos de apoio, que caíram na Câmara Municipal para transferências de capital, designadamente da Banda Boa União, que no ano transato recebeu do Município trinta mil euros (30.000,00€), no ano em curso não foi paga qualquer verba, como tal no próximo ano será proposto, em Orçamento, ser-lhes pago sessenta mil euros (60.000,00€).---

Por sua vez, o apoio solicitado pelos Bombeiros será nos moldes explanados, por parte das Comissões Fabriqueiras de Vale de Amoreira, de Santa Maria e de São Pedro foi realizado o pedido de apoio para a pintura de fachadas e telhados, assim como o arranjo do telhado da AFACIDASE.-----

----- O Senhor Vereador Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho interveio para referir que a informação que o Senhor Vice-Presidente tinha acabado de prestar, tratava-se de uma informação à parte, que no momento próprio iria ter a importância que tem que ter, mas neste momento o que lhe interessava era ter respostas ao que tinha questionado, em relação aos Bombeiros, a restante informação, que o Senhor Vice-Presidente tinha referido na sua intervenção, deveria ser prestada futuramente, no momento oportuno.-----

----- O Senhor Vice-Presidente indicou que esses dados serão depois vertidos no Plano de Atividades e Orçamento. Ainda sobre o memorando, explicou que a única coisa que não constava do mesmo são os encargos financeiros, porque é uma informação adicional, posterior, que são no valor de cinco mil quatrocentos e dezoito euros e oitenta e um cêntimos (5.418,81€). Pediu para que fosse distribuída cópia do memorando das reuniões realizadas com a Direção dos Bombeiros, encontrando-se o mesmo assinado por todos os que estiveram presente nessa reunião e que em seguida se transcreve:-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

"MEMORANDO

Reunião de 19-08-2016 às 16:00 horas.

- 267 -

Sr. Dr. Rui de Carvalho - Presidente dos Bombeiros Voluntários de Manteigas, Sr. Lino Trindade e o Sr. Alfredo Serra de Carvalho Marcelo;

Sr. Dr. José Manuel Saraiva Cardoso - Vice-Presidente, Sr. Paulo Estrela — Vereador e Sra. Dr.ª Gabriela Cravinho - Chefe DAG.

Na sequência do pedido de apoio financeiro extraordinário requerido em 06-07-2016 e da troca de correspondência sobre esta matéria, foi solicitado o agendamento de reunião por parte do Sr. Presidente da Direção dos Bombeiros, a qual se realizou no dia 19-08-2016 às 16:00 horas com as presenças indicadas.

O pedido de apoio extraordinário contemplava as viaturas e os montantes do Doc. 1:

4 Viaturas no montante de 316.437,33€ sendo a participação solicitada à Câmara de 154.737,33€.

Logo no início da reunião o Sr. Presidente da Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Manteigas informou que havia parecer favorável para aquisição do Veículo Tanque Tático Florestal (VTTF) e que os custos com a sua aquisição eram diferentes dos indicados no requerimento: em vez de 211.560,00 € passariam a ser 180.200,00€, uma vez que o IVA não era 23% como se supunha, mas de 6%.

Em face no novo montante indicado, o Sr. Vice-Presidente apurou, de imediato, o montante de 15% correspondente à componente nacional da candidatura que corresponde a 35.700,00€; fez uma estimativa dos custos financeiros durante cinco anos no montante de cerca de 5.000,00€, com recurso a empréstimo e apurou um montante de aproximadamente 8.540,00€/ano.

Em relação às restantes viaturas, o Sr. Presidente da Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Manteigas informou que o que era prioritário era adquirir uma ambulância todo-o-terreno ABSC em segunda mão no montante de 15.000,00€.

Admitiu o Sr. Vice-Presidente que os veículos vermelhos, de combate a incêndio são geradores de muitos encargos enquanto que os veículos brancos, as ambulâncias, deviam pagar-se a elas próprias, através de participações das diversas entidades pelos serviços prestados e outros serviços cobrados diretamente aos utentes.

Informou o Sr. Vice-Presidente que admitia que a Câmara pudesse vir a suportar a totalidade da componente nacional do VTTF e dos encargos financeiros desde que a despesa fosse repartida por cinco anos, e 50% da aquisição da ambulância todo-o-terreno, uma vez que havia participações de várias entidades para aquisição do VTTF que poderiam ser canalizadas para a ambulância. Informou, ainda, o Sr. Vice-Presidente que reuniria com o Sr. Vereador Paulo



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Estrela e, também, com o Sr. Presidente, no seu regresso de férias, para dar nota da reunião e tomar uma decisão sobre a proposta a apresentar à Câmara Municipal. Antes de terminar a reunião o Sr. Vice-Presidente solicitou ao Sr. Presidente para apurar com rigor os montantes dos encargos financeiros do empréstimo de cerca 35.700,00€ e informasse a Câmara Municipal.

ADITAMENTO

Os mesmos intervenientes voltaram a reunir, no dia 23-09-2016, e o Presidente da Associação informou que a ambulância de transporte múltiplo (tipo A - Portaria no 260/2014, de 15 de Dezembro), tinha a despesa com a legalização e pintura, o que comporta o valor de 5.000,00€, pelo que coloca à consideração da Câmara Municipal, a alteração do reforço de 7.5000,00€ para 10.000,00€.”

----- Foi presente o pedido de antecipação de pagamento de subsídio concedido, apresentado pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Manteigas.-----

----- Submetida a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, antecipar o pagamento do subsídio concedido, à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Manteigas.-----

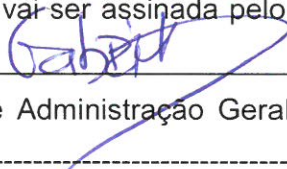
----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

Conhecimento da Alteração Orçamental n.º 13.-----

----- Foi presente, para conhecimento da Câmara, a Alteração Orçamental n.º 13. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

----- E nada mais havendo a tratar, sendo cerca das quinze horas e quarenta e cinco minutos foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a presente reunião. -----

----- Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Vereadores presentes e por mim  Maria Gabriela da Palma Gomes Cravinho, Chefe da Divisão de Administração Geral, que a redigi.-----

